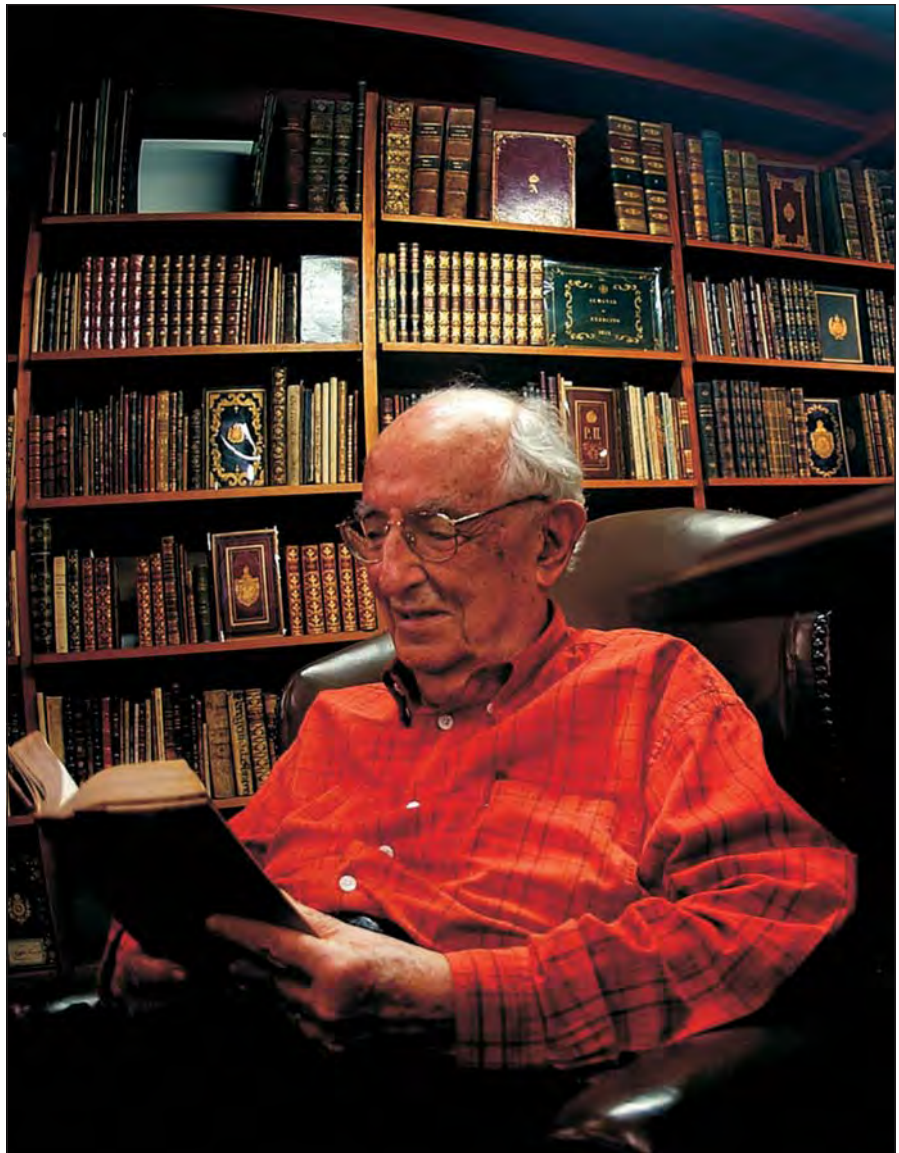


Universidade Empresa

José Mindlin

Estamos vivendo uma época na qual a tecnologia tem uma importância fundamental para a produtividade e a competitividade das empresas. Tecnologia, entretanto, não se improvisa, nem se adquire da noite para o dia. Exige um grande esforço de capacitação e envolve um programa de pesquisa e desenvolvimento que há poucas décadas a empresa brasileira não sentia necessidade de enfrentar. A industrialização brasileira se deu quando foi adotado, em 1950, o programa de substituição de importações, basicamente com o apoio na tecnologia externa por meio de acordos e assistência técnica. Isso permitiu o surgimento de um parque industrial em prazo bastante curto, sem os riscos de um esforço de pesquisa de custo indeterminado e resultado incerto. Foi uma



vantagem, mas trouxe, por outro lado, uma grande vulnerabilidade para a indústria nacional que recebia o *know how*, mas não recebia o *know why*. A necessidade de capacitação tecnológica própria fez-

se sentir logo que o Brasil detonou o processo exportador de manufaturados. A empresa brasileira começou a concorrer com os prestadores de tecnologia, e estes se retraíram, o que detonou nosso esforço de desenvolvimento tecnológico.

A empresa brasileira, no entanto, tinha muita dificuldade de enfrentar sozinha um desafio como esse. Evidenciou-se, desde logo, a necessidade de recurso à universidade e aos institutos autônomos de pesquisa. Parecia um caminho fácil, mas não era. A universidade concentrava seu interesse na pesquisa básica e precisaria ajustar seu pensamento para dar à pesquisa aplicada a mesma importância que a empresa brasileira lhe atribuía. Na falta de um bom relacionamento prévio, que, no quadro brasileiro, era exceção, foi preciso iniciar um processo de aproximação. E é justamente sobre esse processo que gostaria de falar mais detidamente.

A importância do relacionamento entre a universidade e a empresa, como fator de desenvolvimento, vinha sendo proclamada constantemente, tanto por membros da área acadêmica, como do setor empresarial. Tratava-se, no entanto, de um reconhecimento genérico, restando, na realidade, ainda muito por fazer para que o estreitamento dessa relação se tornasse um fato corrente, de aplicação prática rotineira.

É que entre uma idéia e sua concretização, sempre existe uma distância a vencer. Concordar, em princípio, é relativamente fácil. Quando se procura, porém, detalhar os procedimentos para que essa idéia se transforme em realidade, começam a surgir problemas, que devem ser enfrentados com muita objetividade, para que possam ser solucionados.

Faltava, de início, um melhor conhecimento recíproco entre o mundo acadêmico e o mundo empresarial, uma vez que existia um antigo e persis-

tente preconceito de um em relação ao outro, que, como todo preconceito, não correspondia à verdade. Os empresários eram tidos ainda, ao menos em boa parte do meio acadêmico – e isso eu digo com todas as ressalvas que as generalizações exigem –, como pessoas muito mais voltadas para seus interesses individuais do que para o bem público, visando muitas vezes a vantagens materiais imediatas e se preocupando, em menor grau, com os problemas da coletividade, tanto econômicos, como políticos e sociais. Havia quem visse (e ainda hoje há quem pense assim) no meio empresarial o propósito de se aproveitar da universidade em seu benefício, considerando como função precípua, se não exclusiva da universidade, a formação de mão-de-obra qualificada para a indústria, o comércio, a agricultura e os serviços.

Dentro dessa ótica, boa parte do meio empresarial, por sua vez, via no acadêmico um sonhador desligado das realidades do dia-a-dia, mais preocupado com sua carreira do que com os problemas do País – coincidência curiosa de duas visões erradas. Porque é óbvio que essas perspectivas, que apresento com proposital exagero, mas que existiam em maior ou menor proporção num e noutro meio, estavam longe de corresponder a uma visão correta. Do lado empresarial, vinha ganhando terreno o conceito de responsabilidade social, não mais se considerando a empresa como uma finalidade em si mesma, mas a encarando como um instrumento de desenvolvimento social, idéia que hoje ganhou muito terreno. A modernização da empresa brasileira, sua inserção no contexto mundial e a própria transformação da sociedade brasileira vinham, aos poucos, modificando a atitude convencional anterior. Havia, nas empresas e nas entidades empresariais, preocupação social crescente, assim como também era relevante a participação empresarial no processo po-

lítico, além de uma conscientização da importância da tecnologia como fator fundamental de melhoria da produção e das condições gerais de vida. A responsabilidade pela preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural, a defesa da necessidade de melhor e mais equitativa distribuição de renda, o respeito aos direitos do consumidor eram todas facetas novas do empresário moderno. Também vinha mudando a visão empresarial do papel da universidade na vida brasileira. É inegável que, para muitos empresários – mas acredito que hoje em número cada vez menor –, a universidade existia para a formação de profissionais qualificados, capazes de assegurar o bom funcionamento dos diversos setores da economia nacional. Essa é, sem dúvida, uma das funções da universidade, mas está longe de ser a única. Onde ficariam as assim chamadas ciências humanas? Onde ficariam o astrônomo, ou o antropólogo, o psicólogo ou o entomologista, para citar a esmo apenas alguns exemplos, dentre tantos possíveis? Obviamente o papel da universidade é muito mais amplo do que o de fornecer à empresa profissionais competentes, que a auxiliem em suas atividades, por mais construtivas, mais necessárias ou mais úteis ao País que estas possam ser. Vejo a universidade muito além do papel de formadora de profissionais que se espera sejam competentes, com funções bem mais amplas, entre as quais destacaria as seguintes.

1. Formação de pesquisadores para gerar o saber e garantir meios de se adquirir e manter o conhecimento científico, tecnológico e o desenvolvimento cultural em sua forma mais ampla, indispensáveis ao desenvolvimento do País.

2. Formação de docentes em cada especialidade, de forma a assegurar a transmissão de conhecimentos a futuros profissionais, docentes e pesquisadores.

3. Preservação e enriquecimento do patrimônio cultural do País.

4. Criação de um ambiente que favoreça a crítica e a transformação da própria sociedade, sugerindo formas de corrigir suas injustiças e ampliando as oportunidades de trabalho, de criatividade, de realização pessoal.

Vejam agora, ainda que rapidamente, o que ocorreu na universidade.

Houve, ao longo do tempo, uma sensível evolução no conceito da universidade. Sua criação e expansão em diversos estados foi inegavelmente útil, permitindo maior eficiência, sistematizando melhor o ensino e proporcionando melhores condições de produção intelectual. Mas nem tudo foi positivo. A proliferação de faculdades nem sempre bem aparelhadas, seja do ponto de vista do corpo docente, seja de materiais, laboratórios etc., atraiu para o ensino superior um contingente de alunos sem preparo e que chegam ao mercado de trabalho inabilitados para exercer uma profissão (menos ainda para pesquisa), em detrimento de escolas técnicas de nível médio, tão importantes em qualquer estágio industrial. Muita gente que tem acesso ao ensino superior deveria estar nos cursos técnicos. O acesso às boas faculdades, tanto públicas quanto privadas, sempre ficou limitado a um grupo reduzido da população, não só por fatores econômicos, como talvez até ainda mais, por força das falhas da educação de primeiro e segundo graus.

As exigências regimentais de mestrado e doutoramento como nível de carreira, em todos os cursos indistintamente, transformaram em muitos casos a busca de aperfeiçoamento cultural e de melhoria do nível qualitativo de professores dos cursos de graduação e pós-graduação em simples cumprimento de formalidades nem sempre justificáveis.

Mestrado e doutoramento tornaram-se freqüentemente uma finalidade em si mesma, e boa parte das teses elaboradas apenas atenderam a exigências regulamentares, mas muitas delas certamente não alteraram a face do mundo ou aumentaram significativamente o saber humano.

Havia um fator negativo que era a distinção vigente entre docentes e pesquisadores, quando é certo que todo pesquisador deveria em dado momento ensinar, e cada docente em algum momento fazer ou orientar pesquisa. A colocação dos pesquisadores, em nível inferior de carreira e remuneração, contribuiu consideravelmente para a queda do nível de pesquisa. Em São Paulo, a estruturação da carreira do pesquisador, equiparando-a à carreira do docente, corrigiu em dado momento uma situação profundamente injusta e inconveniente, tornando possível a livre circulação de docentes e pesquisadores nas respectivas instituições, com evidente benefício recíproco. Mas houve, infelizmente, retrocesso, e o problema ressurgiu. Seria imperativo o estabelecimento da autonomia dos institutos de pesquisa para permitir a solução do problema.

Essa livre circulação de pessoas e idéias ainda está faltando, a meu ver, entre a universidade e a empresa, seja ela privada ou estatal, pois existem apenas estágios de estudantes nas empresas, quando outros contatos poderiam se estabelecer.

De todo modo, nestes mais de setenta anos de existência de universidade no Brasil, houve muitos altos e baixos, floresceram esperanças, e não faltaram frustrações. Mas creio que assim mesmo o balanço é positivo – apesar de tudo quanto deva ser corrigido, progredimos muito.

Devemos ser objetivos nas críticas e moderados nos entusiasmos. Cometeram-se muitos erros,

criaram-se estruturas exageradamente burocratizadas, mas fez-se muita coisa boa. É, portanto, de um ponto de vista positivo que encaro o problema e me permito fazer algumas observações e sugestões.

A universidade deve formar cidadãos com espírito aberto, com largueza de vistas, com boa capacidade de apreciação e compreensão dos problemas do País, e não apenas profissionais competentes. E a empresa deve dar o devido valor ao que a universidade representa em nossa sociedade e apoiá-la não só moral, como materialmente.

Assim sendo, parece-me imperativa a conjugação do ensino e pesquisa com o conhecimento do que, para maior simplicidade de entendimento, eu chamaria de realidade prática brasileira. Nesse sentido, estou convencido de que a universidade deveria trilhar o caminho do maior entrosamento com as instituições de pesquisa e com a empresa industrial, comercial, agrícola ou de serviços. Assim como considero que seria totalmente errada a formação de profissionais apenas competentes, sem preocupação humanística ou científica, considero que seria igualmente errado formar cientistas, tecnólogos ou pesquisadores desligados das necessidades profissionais. Já salientei a importância da livre circulação entre docentes e pesquisadores. Parece-me que seria útil pensar também, como disse há pouco, na inclusão de empresários nessa circulação de idéias e atividades. Certa participação de empresários na formação de currículos e na realização de cursos poderia dar aos docentes e pesquisadores uma visão mais ampla da realidade nacional. E, reciprocamente, a presença na empresa de docentes e de pesquisadores, quer como consultores, quer como participantes de determinadas atividades, permitiria um conhecimento direto do dia-a-dia da empresa e daria aos empresários que

porventura não tenham ainda adotado esse enfoque um sentido da importância da teoria científica e da pesquisa básica e aplicada. No contato universidade-empresa, são importantes os estágios dos estudantes durante o curso, e creio que mais e mais empresas deveriam facilitar esses estágios, mas isso não basta. Buscando-se o contato mais estreito, a que acabo de me referir, entre docentes, pesquisadores e empresários, por meio do estabelecimento de estágios recíprocos, teríamos uma experiência válida quanto a novos caminhos para a universidade. Pode-se dizer que não é um caminho ortodoxo, mas onde está escrito, em que Tábuas da Lei, que a universidade só pode trilhar caminhos ortodoxos?

Tanto a universidade como a empresa deveriam ter contato mais estreito, estabelecendo determinados programas comuns, que podem se complementar mutuamente, sem que isso implique, de modo algum, descaracterização ou perda de identidade de uma ou de outra. É preciso reconhecer, aliás, que isso já vem ocorrendo em muitos casos, com os cientistas ficando mais próximos da pesquisa aplicada e encarando a tecnologia como um fator importante e necessário ao processo de desenvolvimento. Também os empresários estão começando a ver que os acadêmicos não são tão sonhadores... No começo da década de 1990, alguns empresários e reitores criaram a UNIEMP, entidade destinada a promover a aproximação entre a uni-

versidade e a empresa, fazendo pesquisas conjuntas, que têm dado bons resultados. Na parte dos recursos proporcionados pelo Estado, a FAPESP criou um financiamento à tecnologia, coisa impensável há alguns anos.

Um aspecto obviamente importante, que não pode deixar de ser mencionado, é que a universidade, para bem cumprir suas finalidades e remunerar adequadamente os professores, o que hoje não acontece, precisa de dotações financeiras suficientes, proporcionadas basicamente pelo Estado, sem que este possa exigir em troca a perda de qualquer parcela da autonomia universitária.

Como já foi dito, o que o País gasta com o ensino de primeiro e segundo graus é manifestamente insuficiente. Nesse particular, também é importante o papel da universidade que, além de outras, deve ter como uma de suas finalidades, ou pelo menos de suas preocupações, participação na formação de professores de primeiro e segundo graus e sua reciclagem. Sabemos todos que justamente nas falhas do primeiro e segundo graus encontram-se muitas das razões das deficiências do ensino universitário. Também nesse campo deve ser buscada a participação do setor produtivo que, aliás, diga-se de passagem, já vem há tempo cuidando do assunto de forma significativa, tanto através de entidades empresariais, quanto de muitas empresas individualmente.

José Ephim Mindlin — Nasceu em São Paulo, em 8 de setembro de 1914. Formou-se em Direito em 1936, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi redator do *O Estado de São Paulo*, de 1930 a 1934. Advogou até 1954, quando foi um dos fundadores da Metal Leve S/A. Atualmente é Curador da FUNCEB.

Teve nos livros um interesse central de vida, iniciando em 1927, aos 13 anos, a formação de sua biblioteca, hoje com cerca de 35 mil títulos, dos quais boa parte se compõe de obras raras. Recebeu o título de Professor Honorário da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Recebeu também os títulos de Doutor Honoris Causa em Letras da Brown University, de Providence, R.I., nos Estados Unidos, da Universidade de Brasília e da Universidade da Bahia.

É o autor de *Uma vida entre livros – Reencontros com o tempo*. Lançou em 1998 o cd *O Prazer da Poesia*. Foi eleito para a Academia Paulista de Letras em 1999, e recebeu o Prêmio Juca Pato como Intelectual do Ano de 1998. Tem recebido numerosos e variados prêmios e condecorações, no Brasil e no exterior, destacando-se em 2003 o Prêmio Unesco Categoria Cultura e a Medalha do Conhecimento, concedida pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com apoio do CNI e Sebrae Nacional, além do Prêmio João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras.